



Câmara Municipal de Campo Magro **Estado do Paraná**

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Legislativo nº21/2023 "Dispoe sobre a Obrigatoriedade do uso de rede de segurança ou tela de proteção quando realizado o trabalho de Jardinagem e Roçada no Município de Campo Magro e dá outras providências."

RELATÓRIO

Cuida o presente, de Projeto de Lei Legislativo nº 021/2023, que tem por objetivo tornar obrigatório o uso de redes de segurança ou telas de proteção quando realizado o trabalho de Jardinagem ou roçada..

O projeto teve regular trâmite dentro da Câmara Municipal, foi encaminhada cópia para a procuradoria se manifestar acerca do mesmo, no sentido de auxiliar os componentes da Comissão a exarar seu parecer.

Após exame da matéria, após consulta a assessoria jurídica da Casa, o Relator apresentou seu voto, que segue anexo a este parecer.

VOTO DO RELATOR

Pela admissibilidade da proposição.

PARECER DA COMISSÃO:

Pela admissibilidade total da proposição.

Publique-se e encaminhe-se a matéria a Secretaria Geral para Providências.

Rones Ribas Machado
Presidente


Professor Valdir Costa
Relator

Roberto Leal
membro



Câmara Municipal de Campo Magro *Estado do Paraná*

VOTO DO RELATOR

Senhores Vereadores componentes da Comissão de Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Campo Magro. Manifesto-me favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei nº 21/2023, e passo a explicar as razões deste entendimento adiante.

Nos termos do artigo 27 do Regimento Interno, esta Comissão tem a incumbência de, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

Verifico que o projeto de lei apresentado está dentro da esfera de competências do Chefe do Executivo e sua matéria não confronta com a legalidade e constitucionalidade, pois já foi analisado pela CCJ, que emitiu parecer favorável.

Verifico que o projeto de lei apresentado está dentro da esfera de competências do Chefe do Executivo e sua matéria não confronta com a legalidade e constitucionalidade.

Portanto, eu opino pela admissibilidade total da proposição devendo o Projeto ser, após a sua tramitação nesta Comissão ser remetido às demais pertinentes.

Conclusão:

Diante de todos os fundamentos supra, manifesto-me pela admissibilidade da proposição.

Campo Magro, 15 de dezembro de 2023


PROFESSOR VALDIR COSTA
VEREADOR
Relator